



Combates com a escrita: os lugares de inscrição das heterotopias de Lima Barreto

MARIA SANDRA DA GAMA*

Introdução

O hospício tem uma biblioteca; antigamente, isto é, há cinco anos, quando estive aqui, estava nos fundos da seção, em uma pequena sala.

[...]

O lugar era cômodo e agradável. Dava para a enseada, e se avistava doutra banda Niterói e os navios livres que se iam pelo mar em fora, orgulhosos de sua liberdade, mesmo quando tangidos pelos temporais. Às vezes, lendo, eu me punha a vê-los, com inveja e muita dor na alma. Eu estava preso, via-os por entre as grades e sempre sonhei ir por aí afora, ver terras, coisas e gentes... (BARRETO, 2010:101-102).

O trecho acima foi escrito por Afonso Henriques de Lima Barreto, quando de sua segunda internação no Hospital Nacional de Alienados entre os idos do mês de dezembro de 1919 a 12 de fevereiro de 1920. Salta do texto a angústia e tristeza com sua vida no momento em que escreve e, também, um dos traços que se fazem presentes nos escritos do autor: a evocação de imagens e símbolos vinculados ao universo marítimo. Diante da situação de confinamento vivida por ele não parece por acaso a escolha por elementos que sugerem uma espécie de salvo-conduto, de passaporte, para poder ir-se livremente de um lugar a outro, de uma situação a outra, quem sabe sair de uma condição desagradável para outra mais aprazível.

No período em que Lima Barreto escreve tais memórias, o barco de sua vida já havia balançado muito com o fluxo e refluxo das marés dos acontecimentos. Nascido a 13 de maio de 1881, numa família de descendentes de escravos, foi o segundo dentre os cinco filhos que tiveram o tipógrafo João Henriques Barreto e a professora Amália Barreto. Seus pais, preocupados com o amparo dos filhos acreditavam que uma das formas de os assegurarem socioeconomicamente era por meio da instrução escolar, assim, o pequeno Afonso teve, desde tenra idade, uma educação que se diferenciava em grande parte da da maioria da gente mestiça e pobre moradora da então Capital Federal do País. Aprendeu as primeiras letras com a mãe, mas a perdeu aos seis anos de idade. Depois, patrocinado pelo padrinho Afonso Celso

* Professora da UNEB/DCHT XVIII. Mestra em História pela UFRN. Este trabalho é oriundo da dissertação de mestrado defendida no PPGH/ UFRN.



Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, estudou no Liceu Popular Niteroiense – instituição de direção britânica, onde estudavam muitos filhos de famílias ricas.

Após completar o ensino secundário e parte suplementar dos estudos, Afonso realizou intensos preparativos e exames, estudando ainda no Colégio D. Pedro II e no Colégio Paula de Freitas onde complementou a instrução para obter aprovação no curso de engenharia da Escola Politécnica, esforço que lhe valeu o ingresso no ensino superior e no qual se aventava um futuro promissor para a vida do jovem mulato, filho de João Henriques de Lima Barreto.

Já sem o apoio financeiro do padrinho Afonso Celso, entre os anos 1897 e 1902, o agora primogênito – o mais velho há muito havia morrido –, de João Henriques Barreto, o jovem Afonso Henriques de Lima Barreto, então aluno da Escola Politécnica, construía por lá algumas sólidas e duradouras amizades como Bastos Tigre, Levi Carneiro, Ribeiro de Almeida, entre outros, mas também começava a se dar conta de experimentar, em seu corpo, as sensações de rejeição por ser mulato, de asfixia ao conviver com os colegas e sofrer sobre si os olhares indelicados e pouco acolhedores de alguns estudantes em direção à sua cor e indumentária simples, a ponto de o fazerem se sentir desambientado e desanimado em continuar na escola do Largo São Francisco de Paula. Contudo, sua permanência na Politécnica foi marcada também por sua colaboração no jornal *A Lanterna* no qual assinou alguns artigos e matérias com os pseudônimos “Momento de Inércia” e “Alfa Z” e dava, assim, os passos iniciais na direção de sua futura carreira de cronista do cotidiano nos muitos periódicos para os quais escreveria ao longo de sua existência como escritor.

Com instrução, sem o halo de doutor

Lima Barreto não terminou o curso de Engenharia, o sonho de João Henriques em vé-lo formado não pode se concretizar, pois além de ter que pagar as matérias nas quais fora reprovado, o escritor se viu enredado com a responsabilidade de assumir a família de oito pessoas – seus irmãos do primeiro casamento de seu pai, os do segundo, a segunda esposa do pai, mais o Manuel de Oliveira, agregado da família. Situação que veio a ocorrer porque seu pai enlouquecera, o que o impossibilitou de continuar trabalhando como escriturário nas Colônias de Alienados na Ilha do Governador.

O afastamento de João Henriques do trabalho fez a família passar por apertos financeiros, pois a aposentadoria por invalidez se arrastou nos porões da burocracia por um longo período, o que ocasionou inclusive o não recebimento de salário. Lima Barreto se virava como podia, dava aulas de reforço escolar a alguns estudantes da circunvizinhança

onde morava. E, no último trimestre de 1903, ingressou no funcionalismo público via concurso, como amanuense da Secretaria do Ministério da Guerra.

Ao longo desse percurso o escritor ia ampliando seu ciclo de relações entre aqueles com os quais já desenvolvera afinidade nos tempos da Politécnica ou entre aqueles que conhecera graças ao ofício da escrita, com os quais compartilhava horizonte de expectativa comum em relação ao universo das letras. Momento em que o campo literário no Brasil pode-se dizer que, em grande medida, estava estabelecido, pois embora houvesse um grande número de analfabetos no País, a leitura, entre fins do século XIX e o início do século XX, era algo já bastante recorrente nos hábitos cotidianos, e isso graças, principalmente, às transformações tecnológicas ocorridas nesse período, que colaboraram para a popularização das publicações da imprensa. Em grande parte, esse público leitor estava situado entre dos estratos médios e altos.

Assim, se tem um público em expansão em concomitância com a tentativa de consolidação das convenções literárias, tal cenário favorecia enormemente o modismo da francofilia. Nos meios majoritários de divulgação literária, como os periódicos, figuravam nomes de literatos afeitos à escrita rebuscada e floreada, como Olavo Bilac, Afrânio Peixoto. Entretanto, como alguns outros naquele cenário, Barreto pensava em democratizar a oportunidade de divulgação de produções que não necessariamente seguissem na direção daquela que se estabelecia nos grandes meios. Nesse sentido, com sua caneta em punho, praticava combates e dava relevo em seus textos às suas implicâncias, como as que desenvolvia contra o academicismo literário praticado por literatos e gramáticos de seu tempo, como as críticas ao “fetichismo da farda”, em implicância ao ambiente da Secretaria da Guerra onde trabalhava. Enfim, uma série delas, por meio das quais nos legou em sua fortuna crítica a sua conhecida verve irônica, crítica e satírica.

Nos escritos barretianos também se inscrevem traços da subjetividade do escritor, do indivíduo Afonso Henriques, em diálogo com a alteridade, como *O outro* com quem ele se deparou nos múltiplos lugares por onde andou e desenvolveu relações, afetou e despreendeu afetos. Em relação às mulheres, Barreto foi contemporâneo de uma série de movimentações feministas, em seu tempo, no tocante à agenda de reivindicações de tais movimentos ele implicava com a mesma e se auto-intitulava antifeminista, e desse modo, antecipava o debate que viria a recrudescer tempos depois, como os matizes de classe indicados no trecho selecionado abaixo:

Então a mulher só veio a trabalhar porque forçou as portas das repartições públicas? Ela sempre trabalhou, minha senhora, aqui e em toda parte desde que o mundo é mundo; e até, nas civilizações primitivas ela trabalhava mais do que o homem. Dou o meu testemunho pessoal. Desde menino [...] que [a] vejo trabalhar em casa, fora de casa, em oficinas, ateliers de costura e até na roça, plantando, colhendo, guiando bois ao arado, etc (BARRETO, 1956a:63).

Ou ainda acrescentando ao matiz de classe, a questão da etnia:

Era uma negra velha que, sentada no chão, tinha diante de si um monte de lã, limpa, alva, recentemente lavada quimicamente, e o seu cabelo, o da negra, era já tão branco e encaracolado que desafiava a alvura da lã que estava diante dela. Pergunto: esta mulher precisou do feminismo burocrático para trabalhar, e não trabalhava ainda apesar de adiantada velhice? (BARRETO, 1956a:63)

Nos dois excertos acima, Lima Barreto coloca, no centro da narrativa, exemplos da diversidade de trabalhos executados pela maioria das mulheres simples e, por meio deles, demonstra sua implicância com o feminismo em curso, encampado, sobretudo, através da Liga pela Emancipação Feminina da Mulher Brasileira, pois a tentativa do movimento em “cavar” empregos institucionais não contemplava as muitas mulheres trabalhadoras exemplificadas por ele, daí a caricatura que realiza sobre o movimento das emancipacionistas como “feminismo burocrático”. Nesse aspecto, o escritor criticava os movimentos nas figuras de suas lideranças como Bertha Lutz, presidente da Liga, e ainda a atuação da criadora do Partido Republicano Feminino, Leolinda Daltro.

Importa salientar aqui que no contexto em Lima escreve a crônica intitulada “A poliantéia das burocratas”, suas contemporâneas feministas estão reivindicando ampliação das mulheres nos espaços públicos – tal já acontecia a partir do governo de Nilo Peçanha –, como trabalhadoras das repartições públicas, desse modo, entrariam na disputa com os homens para ocuparem cargos considerados, na longa tradição, como masculinos. Assim, se faz importante não perder de vista que o escritor é homem de seu tempo, e é alguém que também vivencia a experiência de viver nas margens, por um lado é hegemônico, por ser homem, por outro é subalterno, é mestiço numa sociedade racista, é instruído, mas não tem o título de doutor numa sociedade que supervaloriza os símbolos e signos de status e distinção. Nesse sentido, é preciso pensar que ele é alguém cuja subjetividade é mutante, sua sensibilidade aflora e se transforma nas expressões inscritas em seus textos.

O indivíduo e o escritor

Em 3 de janeiro de 1905, o escritor preencheu seu caderno de anotações com abordagens do cotidiano familiar e da circunvizinhança onde morava, e saltam aos olhos a

ambivalência e o sentimento de inadequação entre ele, vizinhos e familiares. A confissão revela a inclinação que sente pelos pobres e negros, entretanto, sua propensão artístico-literária não amenizava as dificuldades de convívio com eles. Para o escritor, o estorvo da convivência se originava no fato de não ter sua presença respeitada da maneira pela qual se considerava merecedor, sobretudo no círculo doméstico, com os irmãos e meios-irmãos, filhos do segundo casamento de João Henriques com Prisciliana, anotando a esse respeito:

A uma família que se junta uma outra, de educação, instrução, inteligência inferior, dá-se o que se dá com um corpo quente que se põe em contacto com um meio mais frio; o corpo perde uma parte do seu calor em favor do ambiente frio, e o ambiente, ganhando calor, esfria o corpo (BARRETO, 1956b:76-77).

A origem étnico-econômica e o posicionamento ético-político do romancista o aproximavam da vizinhança suburbana e do grupo familiar por um lado, mas, por outro, a letrada instrução recebida o distanciava da comunidade do entorno, dos irmãos e da maioria dos pobres e afro-brasileiros naqueles primeiros anos de República cuja educação lhes tinha sido negada ou era deficiente. O romancista era consciente do excludente processo que lhes bloqueara a oportunidade de aprendizado, e trazia para a literatura os infortúnios dos subalternos, mas isso não amenizava seu drama pessoal.

Afeito às ombreadas conversas literárias com os amigos, não encontrava a mesma oportunidade em sua moradia ou entre o grupo social que o circundava, vivendo, assim, a dupla aflição de se equiparar, até certo ponto, aos amigos daquele círculo intelectual branco e economicamente mais favorecido que ele e, em outra ponta, com os mais humildes dos arredores. Sem pertencer a nenhum dos dois universos integralmente, às vezes sentia o fardo de viver nas margens, “fora” dos lugares.

Nesses encontros de “variação entre atração e repulsa” (ROLNIK, 2011:93), o corpo de Lima Barreto oscilava entre o *calor* e o *frio*. Em algumas ocasiões, driblava as condições desfavoráveis e conseguia se aquecer, deixando os afetos passarem, agenciando novas “matérias de expressão” (ROLNIK, 2011: 93), criando poses territórios, que o faziam se sentir em casa; em outras, as intensidades experimentadas desmoronavam a pose de mulato instruído, aspirante a conquistar a glória literária, o que o fazia titubear e ser tão somente o Afonso Henriques da Vila Quilombo, homem comum da circunvizinhança, processo no qual seu corpo, desterritorializado, *esfriava*.

Nesse movimento, Lima Barreto retroalimentava seu corpo-passagem (SANT’ANNA, 2001), produzindo subjetividades em consonância com as intensidades nascidas dos encontros nos momentos e lugares onde viveu e conviveu. As condições dadas ou negadas lhe

solicitavam isso, sendo indispensável, para continuar na luta, operar as indexações como fluxos de passagem para seguir na ativa, como fazia quando inscrevia, em si, a pose de defensor das complexidades entre os indivíduos, da diversidade das produções literárias e da geração de oportunidades para os prejudicados pelo sistema de dominação; ao compor expressões que transgrediam as prescrições beletristas e quando enfrentava os mandarins literários em textos que flagravam as perversas normatizações sociais, os sistemas de apadrinhamento, as desigualdades nos âmbitos da educação, economia, gênero, as imposições moralizadoras dos comportamentos femininos e as hierarquizações dominantes no País.

Em anotação de 20 de abril de 1914 podemos ver mais uma vez a medida da sensibilidade barretiana:

O que me aborrece mais na vida é esta secretaria. Não é pelos companheiros, não é pelos diretores. É pela sua ambiência militar, onde me sinto deslocado e em contradição com a minha consciência. Não posso suportá-la. É o meu pesadelo e a minha angústia.

[...]

Demais, o meu feitiço é tão oposto àquela atmosfera de violência, de opressão, de bajulação que me enche de revolta. Não sei o que hei de arranjar para substituir aquilo, e a minha gana de sair de lá é tão grande que não me promovem, não me fazem dar um passo à frente.

Eu fiz parte do júri de um Wanderley, alferes, e condenei-o. Fui posto no índice (BARRETO, 1956b: 171)¹

O registro anotado dá conta das insatisfações de Lima Barreto em relação à Secretaria da Guerra, seja pelo caráter militar do lugar ou pela preterição de sua promoção no serviço, sobretudo quando julgava ter tido seu direito confiscado em represália a depoimento em júri no qual ele condenou um militar. Essa narrativa sobre o júri traz, para o cerne de sua anotação pessoal, uma questão que vai além do indivíduo Afonso Henriques Barreto. Nela, o escritor coloca em evidência um dos muitos aspectos do processo no qual se dava a exclusão da cidadania na conjuntura dos primeiros tempos da República, movimento que abandonava muitos brasileiros nas margens das variadas instâncias socioeconômicas.

Como inúmeros de sua profissão, Barreto anota, em sua página íntima, uma questão que não era apenas sua, mas a de tantos outros marginalizados e oprimidos pela falta de oportunidades iguais na conquista de um emprego ou de uma progressão capaz de propiciar mais dignidade à própria existência, como tantos funcionários públicos silenciados pela atmosfera de opressão e bajulação das repartições estatais em que trabalhavam. Nessa perspectiva, Lima Barreto faz operar em sua escrita aquilo que Deleuze e Guattari denominam

¹ A nota dos organizadores do volume informa que o alferes era “João Aurélio Lins Wanderley [...] principal acusado do assassinio dos estudantes que participaram do conflito com a polícia militar, em 1909, conhecido como ‘Primavera de Sangue’” (Nota dos Organizadores. In: BARRETO, Lima. *Diário íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p.173).

de “enunciação coletiva” (DELEUZE; GUATTARI, 1977:27). Desse modo, o enunciado registrado em seu caderno de anotações ultrapassa as fronteiras do pessoal e assume um valor político de ação comum. Na Secretaria da Guerra, o amanuense-escritor, tolhido quanto a fazer retumbar as denúncias contra as injustiças do sistema de dominação do qual aquela repartição pública fazia parte, faz de seus registros um modo de intervir na “ordem” estabelecida, ao inscrever neles sua voz e a de muitos outros, igualmente silenciados em suas formas de expressão.

Na Secretaria da Guerra, assim como nos diferentes espaços onde conviveu – da intelectualidade, do manicômio, dos subúrbios, das livrarias, dos cafés e bibliotecas do centro do Rio de Janeiro –, Lima Barreto foi constituindo-se num homem de fronteiras, observando em tais lugares as pessoas, as relações e todo um sistema de procedimentos, e o escritor ia evidenciando sua condição de diferença e nesta procurava seu refúgio.

Nas rodas literárias das quais gostava de participar, ele era o de “fora” em relação à maioria: pobre, mulato; nos subúrbios, junto aos da sua gente, silenciada pelo sistema de dominação, ele se compadecia e se indignava com as situações em que se encontravam, mas igualmente se sentia deslocado. Por isso procurava, através da escrita, construir outro lugar em que fosse respeitado e no qual pudesse reinventar o mundo. Esse propósito barretiano pode ser entendido à luz do que Michel Foucault denominou de “heterotopia”. Segundo o filósofo, tal conceito se reporta “[...] aos lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2009: 415).

Considerações finais

Se por um lado as anotações apontadas até aqui parecem conter certo tom de desânimo, é possível também localizar nos escritos barretianos de grande entusiasmo, como quando o autor, ciente dos modismos dos gêneros literários que foram impulsionados pela imprensa e acarretaram, inclusive, vida breve a muitos veículos de divulgação, mas, como “lutador” ligado a amigos e companheiros do mesmo horizonte de expectativas, acreditava que o vigor e o alcance legitimados dos periódicos podiam ser aproveitados como espaços para seguir em outra direção, a de difundir suas concepções junto ao público, sem uso de cooptação ou das “vis curvaturas” que observa no jornalismo burguês. Nessa perspectiva, da integração do romancista com Antônio Noronha Santos, Fábio Luz, Curvelo de Mendonça e Domingos Ribeiro Filho, nasce a Revista Floreal, custeada pelos esperançosos editores em

despedaçar a discriminação e as fôrmas existentes no “bloco” das letras, como é possível observar nos objetivos expostos no texto de Lima Barreto à edição de lançamento da revista, em 25 de outubro de 1907:

Levar adiante este tentâmen de escapar às injunções dos mandarinatos literários, aos esconjuros dos preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte, que nos comprimem de modo tão insólito no momento atual.

Não se trata de uma revista de escola, de uma publicação de “clã” ou maloca literária [...]. Não se destina, pois, a Floreal a trazer a público obras que revelem uma estética novíssima e apurada; ela não traz senão nomes dispostos a dizer abnegadamente as suas opiniões sôbre tudo o que interessar a nossa sociedade, guardando as conveniências de quem quer ser respeitado [...].

Não estão (é preciso dizer) no seu programa as estúpidas hostilidades preconcebidas. No julgamento do pensamento que nos precedeu, levaremos em conta as dificuldades que o nosso tem encontrado para se exteriorizar e tomar corpo, e também que o antigo se encadeia no novo, o novo no novíssimo, e que, quando mesmo isso não se dê, ambos podem coexistir, por mais antagônicos que sejam, sem que um diminua a grandeza do outro [...]. [...] Há entre nós uma razão de completo contacto: é a nossa incapacidade de tentar os meios de publicidade habituais e o nosso dever de nos publicar.

Êste caminho se nos impunha, pois nenhum de nós teve a rara felicidade de nascer de pai livreiro, e pouca gente sabe que, não sendo assim, só há um meio de chegar ao editor – é o jornal [...] (BARRETO, 1956c:181-182).

Nessas linhas de entusiasmo Lima Barreto busca ampliar espaço para uma produção fora do modelo estabelecido apreciado pelo público leitor de elite e tenta construir, por meio de seus escritos a sua evasão, a criação de outro mundo possível, conforme Cavalcanti de Proença em prefácio à edição do livro *Impressões de leitura* de 1956, em referência às imagens marítimas na escrita do cronista: “[...] vem dêsse mar sem donos [...],– o barco é o símbolo de evasão, tantas vêzes utilizado na sua obra” (BARRETO, 1956a: 25).

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. Apresentação da Revista Floreal. In: _____. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956c, p. 180-184.

BARRETO, Lima. A poliantéia das burocratas. In: _____. *Coisas do Reino do Jambon*. São Paulo: Brasiliense, 1956a.

BARRETO, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

BARRETO, Lima. *Diário do Hospício; O cemitério dos vivos*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

BARRETO, Lima. *Impressões de leitura* (crítica). São Paulo: Brasiliense, 1956c.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka, por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: _____. *Ditos e escritos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. v.3, p. 411-422.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. Porto Alegre: Sulina: Editora da UFRGS, 2011.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.